

# DEMOCRACIA E DIREITOS

DIMENSÕES DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
E SOCIAIS

## REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM POSTOS DE COMANDO:

O CASO DO SECRETARIADO DO RIO GRANDE DO NORTE SOB A  
ÓTICA DA POLÍTICA DA PRESENÇA

**Francymonni Yasmim Marques de Melo**, Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte | UFRN

**Sandra Cristina Gomes**, Universidade Federal do Rio Grande  
do Norte | UFRN

### RESUMO

Este artigo objetiva analisar a composição do secretariado estadual do Rio Grande do Norte no segundo mandato da governadora Wilma de Faria, considerando o arsenal analítico da representação política, a partir da teoria da política das ideias e da política da presença. Para isso, foram utilizados como instrumentos metodológicos a pesquisa documental e bibliográfica, bem como entrevistas abertas, em que os resultados obtidos permitiram compreender que, no segundo mandato da governadora Wilma de Faria, foram nomeadas quatro mulheres com ensino superior, formação acadêmica ou experiência profissional na área correlata à secretaria, com componentes técnicos ou políticos (ou mesmo a união das duas tipologias), influenciando as nomeações. Diante disso, percebeu-se que, assim como em outros governos do RN, o governo de Wilma de Faria apresenta uma sub-representação feminina na composição do secretariado. Contudo, há uma efetivação, ainda que incipiente, da combinação da política das ideias (demonstrada na política para as mulheres disposta no plano de governo) e da presença (verificada através da participação feminina na composição do secretariado).

**Palavras-chave:** governos e secretariado estadual; wilma de faria; representação feminina.

## REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM POSTOS DE COMANDO:

O CASO DO SECRETARIADO DO RIO GRANDE DO NORTE SOB A ÓTICA DA POLÍTICA DA PRESENÇA<sup>1</sup>

MELO, Francymonni Yasmim Marques de  
GOMES, Sandra Cristina

### INTRODUÇÃO

O conceito de representação surgiu por volta do século XV, mas só assumiu um significado similar ao que se tem hoje entre o século XVIII e XIX, quando, devido ao desenvolvimento das instituições e a evolução etimológica, o termo foi aperfeiçoado pela teoria política. Para Hanna Pitkin (2006), a representação pode ser dividida em quatro tipos: formalista, descritiva, simbólica e substantiva e apresenta-se, de modo geral, como sendo a “atividade de agir por outros”, que precisa apresentar uma equivalência entre representante e representado, bem como ter o representado observando o *standing for* e *acting for* do representante, ou seja, quem ele é e o que ele faz, a fim de garantir a responsabilização do representante por suas ações.

Contudo, o modelo representativo, principalmente o formalista, apresenta alguns problemas estruturais que frequentemente se tornam alvo de críticas e fazem com que esse modelo seja questionado. É nesse contexto de críticas que há um fortalecimento da representação descritiva, renomeado por Anne Phillips (2001) de política da presença, que defende que um modelo representativo justo precisa conter a presença de grupos mais excluídos nos espaços de decisão, visando evitar uma exclusão política, em oposição a uma política de representação vinculada apenas às ideias.

Diante disso, esse artigo tem como objetivo analisar a representação de mulheres na composição do secretariado estadual do Rio Grande do Norte, verificando se a política das ideias, em termos de discursos, se converte numa política da presença. Especificamente, analisou-se o caso do segundo governo de Wilma de Faria (2006-2010), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), verificando empiricamente, no campo da política das ideias, o plano de governo de Wilma de Faria e a construção da imagem pública da governadora e, no campo da política da presença, a participação feminina e seu perfil nesses cargos de comando. Trata-se de um cargo estratégico, de alta visibilidade pública e com poder de transformar as condições de bem-estar da sociedade na medida em que envolve competências para formular, implementar e avaliar políticas públicas. Nesse sentido, a posição de secretária de Estado

---

<sup>1</sup> Este artigo teve uma versão preliminar, sob o título “Análise da composição do secretariado no segundo governo de Wilma de Faria (2007-2010): um estudo acerca da política das ideias e da política da presença”, submetida ao XXVIII Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN. Agradecemos aos componentes do grupo de pesquisa “As Instituições Políticas Subnacionais: Um Estudo Comparativo dos Estados Brasileiros” do Departamento de Políticas Públicas da UFRN que, nos espaços de discussão, contribuíram com apontamentos importantes que resultaram nesta versão.

pode ser considerada um espaço de exercício de poder e de fortalecimento da representação democrática obtida nos mandatos eletivos.

## 1. Método

Este artigo é produto de uma pesquisa maior que possuía como objetivo principal mapear a composição do secretariado estadual no Rio Grande do Norte de 1995 a 2015, coordenada nacionalmente pela Fundação Getúlio Vargas e realizada no RN por uma equipe de pesquisadores da UFRN. A partir de uma pesquisa documental nos diários oficiais e outras fontes de dados, construímos um banco de dados<sup>2</sup> com a composição completa de todos os secretariados, contendo informações como datas de nomeação e exoneração e informações qualitativas sobre a biografia ou o perfil dos secretários nomeados.

Num segundo momento, a equipe de pesquisadores do Departamento de Políticas Públicas da UFRN optou por dar continuidade à pesquisa, aprofundando a análise do perfil dos secretários que ocuparam essas pastas ao longo desses 20 anos. Para isso, foram utilizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas abertas, a fim de obter mais dados biográficos dos secretários nomeados e embasamento para a construção de um perfil a partir de classificações variadas. No caso do segundo governo de Wilma de Faria, objeto de análise deste trabalho, as informações compiladas e analisadas foram organizadas em quatro documentos de referência e consulta que também servem de fonte de informações para este artigo (MELO, 2016a, 2016b, 2017a, 2017b).

Assim, na pesquisa bibliográfica, foram realizadas buscas em sites locais, visando obter informações sobre a formação acadêmica, experiência profissional dos secretários, vinculação partidária ou a grupos políticos locais ou, ainda, a associações representativas de classe dentre outras, que produziram um perfil de todos os secretários entre 1995 e 2015, além de estudos acadêmicos sobre a dinâmica política e eleitoral local. Do ponto de vista do arsenal teórico, foram utilizados, como referência para este artigo, as discussões de Hanna Pitkin e Anne Phillips sobre representação, política das ideias e política da presença. Entrevistas com pesquisadores da política local também auxiliaram na especificação dos perfis individuais e de suas conexões políticas, pessoais e familiares, como a Professora Doutora Ilza Araújo Leão de Andrade, o Professor Doutor José Antonio Spinelli Lindoso e o Mestre Bruno Cesário de Oliveira.

## 2. A posição de Secretária como um cargo de comando e de poder

Os cargos de confiança têm se tornado objeto de estudo da Ciência Política, principalmente no que tange aos critérios e aos nomes escolhidos para a ocupação destes cargos. A escolha dos nomes para a

---

<sup>2</sup> O banco de dados foi construído pela equipe de pesquisadores do Departamento de Políticas Públicas (DPP) da UFRN.

composição dos Ministérios, em escala federal, e do Secretariado, escala estadual e municipal, é pensada considerando diferentes fatores, destacando-se a “recompensa” a partidos que compõem a base aliada, a seleção de nomes de confiança, bem como a *expertise* política ou acadêmica dos nomeados.

Para Borges e Coêlho (2015), os ministros podem ser classificados como técnicos e políticos, onde os técnicos são nomeados devido à carreira acadêmica e os políticos ao seu capital político e eleitoral. Estes ministros possuem objetivos diferentes: o político busca mobilizar apoio de eleitores e membros do partido e os técnicos, em contrapartida, focam na implementação da agenda pública. Em escala subnacional, acredita-se que o secretariado estadual e municipal reproduz, em grande medida, estas características observadas na composição dos Ministérios.

No entanto, de acordo como as análises realizadas para o caso do secretariado do RN pela equipe da UFRN, a distinção entre técnico *versus* político não se configura como uma categoria analítica útil para a compreensão tanto dos perfis quanto dos critérios adotados pelos governadores para as nomeações (SILVA, 2016b; MELO, 2016b; SANTANA, 2016; MAFRA, 2016). Além de não se constituírem como categorias duais, observa-se que considerações políticas, porém não partidárias, explicam parte das nomeações, como, por exemplo, a indicação de membros de associações empresariais, patronais ou de setores da economia relevantes no estado, como representantes desses segmentos. De modo similar, verifica-se que há nomeações partidárias de políticos com experiência anterior na gestão de políticas públicas na área temática correlata à da pasta, portanto, com qualificações técnicas para o cargo. Isto sugere que as lógicas para as nomeações são muito mais complexas do que a mera distinção entre político e técnico.

Assim, é possível afirmar que os nomeados para esses cargos de comando são agentes do “mandante” (Presidente, Governador ou Prefeito), devendo defender o interesse dele e de seus eleitores (BORGES; COÊLHO, 2015, p. 76), mas que há outras representações possíveis que explicam as nomeações, como a proximidade com setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do estado ou a capacidade de angariar apoios para a execução de reformas ou aprovação de políticas públicas. Deste modo, é razoável supor que, dado o poder de comando desses cargos, o Executivo procura “garantir o controle sobre os diversos setores de política pública por meio da nomeação de quadros do seu partido ou técnicos ideologicamente próximos é objetivo de grande importância nas estratégias de nomeação” (BORGES; COÊLHO, 2015, p. 77).

Diante disso, surge o seguinte questionamento: a plataforma eleitoral (política das ideias) defendida na campanha da governadora Wilma de Faria, com a centralidade da figura da mulher em seu discurso e imagem, foi representada na composição (política da presença) do secretariado estadual do Rio Grande do Norte em seu segundo mandato? Objetivando responder a esta questão, a próxima seção introduz, primeiramente, uma breve discussão teórica sobre representação e os conceitos e teorias associados às políticas da ideia e da presença. Em seguida, é analisado o Plano de Governo de 2006 e o discurso e

imagem durante a trajetória política de Wilma de Faria, com base em AZEVEDO (2010) e SILVA (2017) e, posteriormente, a composição do secretariado no segundo governo Wilma, verificando se houve a justaposição da política das ideias e da presença.

## 2.1. Representação política: breve histórico e conceitos

Após um longo apanhado histórico dos significados iniciais do conceito de representação em países como Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra, que surgem por volta do século XIV, Hanna Pitkin (2006) afirma que este conceito começou a ser relacionado à política a partir do desenvolvimento das instituições, bem como do próprio progresso etimológico da palavra, sendo aperfeiçoado pela teoria política nos séculos XVIII e XIX, em um contexto de lutas políticas. Porém, já em 1651, um século antes, com o *Leviathan*, de Thomas Hobbes, o termo é aplicado à ideia moderna de representação.

Para Hanna Pitkin, existem quatro “visões” de representação: formalista, descritiva, simbólica e substantiva, em que cada uma assume um significado diferente. A teoria proposta por Hobbes está inserida no modelo de representação formal, na qual, a partir da autorização, o representante ganha “novos direitos e poderes” e “obrigações” (PITKIN, 2006, p. 29) que legitimam e dirigem a representação, aliado a isso ele pode ser responsabilizado por suas ações enquanto representante (*accountability*). A representação descritiva, por outro lado, consiste na semelhança direta entre representante e representado, enquanto a representação simbólica requer o uso de símbolos para representação do que não está presente e está pautada “em um “estado de mente” de satisfação ou crença dos governados na pessoa do líder” (LOUREIRO, 2009, p. 69). A representação substantiva, a tipologia mais complexa, exige duas condições para o uso adequado do termo: a representação deve ser considerada uma atividade e não apenas um termo, bem como deve se referir substancialmente ao que é feito. Assim, faz-se necessário saber o que o representante é (*standing for*) e o que ele faz (*acting for*).

Posteriormente, surgem duas relevantes teorias em relação à forma da representação. A de representação pessoal pela defesa de “interesses fixos”, sob a influência de Edmund Burke, que defendia o chamado “mandato livre” do representante (em oposição ao “mandato imperativo”), isto é, para Burke, uma vez eleito, o representante deveria agir de modo independente ou livre, orientado pelo princípio daquele que gera o bem para toda a coletividade e não por interesses locais ou particulares. Neste caso, portanto, não caberia seguir os imperativos (ou desejos) de seus representados quando eles vão contra o bem geral. Mais adiante, em sua revisão histórica e filosófica do conceito de representação, Pitkin aponta a “teoria da representação de pessoas que têm interesses”, a partir do liberalismo (PITKIN, 2006, p. 34). Hanna Pitkin (2006) afirma que os autores liberais compreendiam o interesse como algo inconstante e, sobretudo, pejorativo, então, como alternativa, surge a “teoria da representação de pessoas que têm interesses”. Os defensores da primeira corrente defendem que “os interesses públicos ou sociais de cada um resultam no “interesse universal”; os interesses privados ou os auto-interesses,

não” (PITKIN, 2006, p. 38), mas, atrelado a isso, colocam que se faz necessário ouvir a voz dos representados. Em contrapartida, os da segunda afirmam que “ninguém sabe o que é do seu interesse tão bem quanto você mesmo” (BENTHAM 1843 *apud* PITKIN, 2006, p. 37).

É diante desse contexto que, segundo Maria Rita Loureiro (2006), Hanna Pitkin constrói o conceito de representação como sendo a **atividade de agir por outros**, mas que necessita de “equivalência entre representante e representado” e da presença do representado durante o processo, pois

a representação política é, de fato, representação, particularmente no sentido de “agir em nome de”, e de que isso precisa ser entendido no nível público. O sistema representativo precisa cuidar do interesse público e ser responsável perante a opinião pública, exceto quando, e na medida em que, sua não-responsabilidade possa ser justificada em termos do interesse público (PITKIN, 1967 *apud* LOUREIRO, 2009, p. 71).

Diante disso, solidifica-se, entre os séculos XVIII e XX, um sistema de representação política que visava impedir um total distanciamento entre representantes e representados, assegurando, ainda que minimamente, a representatividade e definindo como se daria a relação entre eleições, políticos e eleitores. Contudo, as eleições não conseguiram resolver todas as problemáticas da representatividade, devido aos seus próprios limites e aos limites do modelo representativo, pois, para os autores da época, havia um distanciamento entre eleições democráticas e representatividade (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006) e é por isso que, encerrando essa discussão teórica, ao final do seu artigo Hanna Pitkin afirma que

apenas a participação democrática direta proporciona uma alternativa real para o dilema entre mandato ou independência, no qual o representante ou é um mero agente de interesses privados ou é um usurpador da liberdade popular periodicamente eleito. No primeiro caso, absolutamente ninguém tem acesso à vida pública, já que não há nenhuma. No segundo, a antiga distinção entre governante e governado (...) venceu outra vez; uma vez mais o povo não é admitido no domínio público, uma vez mais os assuntos de governo se tornam o privilégio de poucos (PITKIN, 2006, p. 43).

Observa-se claramente, na passagem acima, que a autora é uma crítica da forma de representação política moderna ao destacar não apenas a sua insuficiência como também uma certa perversidade na medida em que se produziriam representantes que não representam, de fato, os interesses públicos. Esta avaliação negativa do sistema político representativo atual vai fundamentar as propostas de revisão da ideia e prática da representação.

Sabendo que a democracia direta é inviável para qualquer nação, devido ao alto contingente populacional e a pluralização da sociedade e dos interesses individuais, foram se estabelecendo, ao logo dos anos, alternativas que objetivavam superar os limites dos modelos formais. Assim, a presença efetiva e real do representado passa a ser entendida como essencial para um governo representativo eficaz e se espera a presença daquele a partir da participação em espaços políticos formais ou não formais, visando fomentar o controle social, a responsabilização do representante e a prestação de contas, a fim de evitar distanciamentos entre a ação do representante (*acting for*) e o interesse do representado. Porém, este representado também precisa estar presente nos espaços de decisão, a partir do estreito laço de identidade

entre ele e o representante, ou seja, através de uma representação descritiva ou, conforme renomeado por Anne Phillips (2001 [1995]), de uma política de presença.

Para a democracia liberal, a partir do olhar de Anne Phillips, uma “política de ideias” seria um modelo adequado de representação, pois esta conseguiria abarcar uma grande pluralidade de eleitores, visto que estariam unidos em torno de suas “opiniões, preferências ou crenças” (PHILLIPS, 2001 [1995], p. 268). Desse modo, vota-se em torno de uma rotulação do político construída a partir de suas ideias, suas virtudes e de sua competência apresentada pelos partidos, podendo “super-representar certas opiniões e sub-representar outras” (PHILLIPS, 2001 [1995], p. 268), enquanto sua identidade e sua vivência são postas à margem, ou seja, são as ideias (ou o programa de governo) compartilhadas que unem representante a representado e este último espera uma fidelidade às ideias ou, de modo mais claro, ao programa de governo apresentado em eleições democráticas. Como se observa, a autora está descrevendo o funcionamento da democracia como “auto-governo”, uma construção histórica e política que tem, nas eleições periódicas e livres, o principal mecanismo de controle dos representandos (para uma discussão sobre isto, ver GOMES, 2017).

Por outro lado, já partindo da premissa da insuficiência desse modelo, como discutido brevemente acima, a autora visualiza um modelo alternativo que objetiva, além de melhorar a qualidade da representação, solucionar o problema da exclusão política, apresentando, para isto, o conceito de “política da presença”. Nesta, existiria uma relação efetiva entre representante e representado na medida em que estes possuiriam experiências, vivências e interesses similares e comuns, formando uma base mais confiável para a manutenção da fidelidade da representação do que apenas as ideias.

Em outras palavras, representar exigiria responsividade dos representantes para com o interesse dos representados e as experiências e interesses similares se constituiriam como uma garantia para alcance dessa responsividade. Desse modo, uma representação efetiva deve refletir uma “representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos” (PHILLIPS, 2001 [1995], p. 273) e o “mais correto” aqui é apresentado no sentido de estar mais próximo da diversidade de clivagens e grupos sociais reais na sociedade. A representação das minorias é, por consequência, uma defesa necessária e justa tendo em vista que “a regra da maioria não é apenas antidemocrática, mas também perigosa porque minorias às quais continuamente é negado o acesso ao poder sentir-se-ão excluídas e discriminadas e perderão seu compromisso com o regime” (LIJPHART, 1984 apud PHILLIPS, 2001 [1995], p. 280).

Nesse sentido, para a autora, a política da presença viria a se fortalecer devido às demandas de movimentos sociais que sofreram/sofrem com a exclusão política, como, por exemplo, o movimento trabalhista, o movimento negro e o movimento feminista. Assim, a política da presença seria um instrumento de “inclusão de vozes previamente excluídas” (PHILLIPS, 2001 [1995], p. 276). Portanto, uma representação justa deve estar baseada na justaposição das duas tipologias e não em seu confronto,

visto que tanto a política das ideias quanto a política da presença passam a ser entendidas como complementares.

## 2.2. A política da ideia versus a política da presença no segundo mandato da governadora Wilma de Faria (2007-2010)

Esta seção explora como a construção da imagem de Wilma de Faria como uma mulher independente, que se apresentava como alternativa às forças políticas tradicionais e patriarcais num ambiente fortemente dominado pelos homens. Para análise da política das ideias utilizou-se, por um lado, estudo de SILVA (2017), que traz um apanhado da construção da imagem pública e política de Wilma de Faria e, por outro, analisamos o plano de governo apresentado em 2016 para averiguar se há a efetivação da política das ideias.

SILVA (2016b; 2017), ao revisar os estudos que apresentam como a imagem pública de Wilma foi construída, destaca que a trajetória política da governadora a leva a adotar uma estratégia que evidencia uma imagem constante: a de uma mulher “guerreira” e que rompe com os grupos políticos tradicionais e patriarcais do Estado. Mesmo tendo sido, originalmente, parte de um grupo político tradicional no Estado – foi esposa de Lavoiser Maia, importante político local e ex-governador do PFL, membro do grupo da família “Maia” - sua bem-sucedida atuação em ações assistencialistas durante o governo de seu marido, logo lançam as bases para a sua entrada em disputas eleitorais. A experiência como deputada federal na constituinte é entendida como um momento marcante para a transformação da carreira política de Wilma, em que iniciam contatos com partidos de esquerda (se filia ao PDT), sinalizando, assim, uma mudança em seu perfil político com uma estratégia de se mostrar como alguém que estava rompendo com o modelo político tradicional e patriarcal do Estado. Sua carreira política tornou-se meteórica: eleita prefeita da capital, Natal, em 1988 (e novamente em 1996), torna-se a primeira governadora mulher do Estado em 2002. Posteriormente, é reeleita em 2006, pelo PSB.

Como destaca Silva (2017), Wilma atuou de forma estratégica ao observar o enfraquecimento prematuro das forças políticas tradicionais – como os “Maia” do PFL/DEM e os “Alves” do PMDB – e um vácuo na esquerda política local que ela ocupa de forma a se colocar como “a terceira via”. Este movimento estratégico ocorre em dois sentidos: o rompimento com as forças conservadoras e o apoio de forças e ideias sociais presentes no embate eleitoral de 2002, apropriado por Wilma de modo a, inclusive, associar sua imagem a da disputa federal ao redor do candidato Lula do PT: “Wilma passa a se apresentar, então, como uma força independente, que luta contra as forças patriarcais, inclusive representado pelo seu divórcio do marido, Lavoiser Maia, um político tradicional e coronelista” (SILVA, 2017, p. 07).

Associada a esta imagem de guerreira, a de “trabalhadora” (Almeida, 2001) e competente completam uma imagem pública de representação política dos excluídos e de competência técnica para o exercício do cargo como parte de seu discurso transformador. Observa-se, assim, que a imagem pública de

mulher e da força de uma mulher é marcante na trajetória política de Wilma de Faria.

Com relação à plataforma eleitoral de 2006, o Programa de Governo da Coligação Vitória do Povo apresentava dezessete políticas para o desenvolvimento do estado, dentre elas uma política específica voltada para as mulheres, na qual Wilma de Faria levanta os desafios enfrentados pelas mulheres, como a empregabilidade e a remuneração desigual, e afirma que isto "requer das políticas públicas um olhar especial sobre a condição da mulher e sobre o atendimento de suas necessidades específicas" (AZEVEDO, 2010, p. 199), existindo inclusive propostas específicas de fomento à empregabilidade das mulheres.

Aliado a isso, se coloca como "mulher guerreira que trabalha, trabalha, trabalha" (AZEVEDO, 2010, p. 80) e afirma que era a "representante das mulheres potiguares na conquista de espaços por um mundo melhor" (AZEVEDO, 2010, p. 162) e, posteriormente, apresenta a necessidade de reconhecimento do "pluralismo e da diversidade" e da "participação social" (AZEVEDO, 2010, p. 106). Novamente, observam-se várias menções a políticas de apoio e valorização das mulheres em seu programa de governo. No entanto, estas intenções só parcialmente se transformaram numa transferência efetiva de poder de comando para "outras" mulheres, ao se analisar a composição do secretariado de seu segundo governo.

### 2.3. A composição do Secretariado do Rio Grande do Norte

Considerando o exposto na seção anterior, analisa-se agora, como e se a figura da mulher se refletiu ou não na composição de seu secretariado. Como é sabido, o executivo detém a prerrogativa de nomear os membros que formarão o seu gabinete de acordo com os critérios e representações considerados como fundamentais para a boa governança e a realização de ações voltadas para o bem público, sejam estas materiais ou simbólicas. Estas nomeações, portanto, ainda que contenham critérios "técnicos" relacionados com a capacidade ou competência para o exercício do cargo, envolvem também aspectos políticos da representação, isto é, a quem foi delegado o poder e quais ideias e símbolos que estão associados a uma figura pública com poder de comando e alta visibilidade pública

De acordo com Melo (2017b), de 1995 até o início de 2015, houve cerca de 243 nomeações de secretários estaduais no Rio Grande do Norte, sendo 221 homens (91% do total de nomeações) e o restante, 22 mulheres ou o equivalente a 9% do total. Este, no entanto, não é um padrão idêntico entre todos os governos estaduais do período. No caso do primeiro governo de Garibaldi Alves (1995 a 1998), houve a nomeação de 37 secretários estaduais, sendo 35 homens e apenas duas mulheres (5%). Já em seu segundo mandato (1999 a 2002) são nomeados 35 secretários estaduais e todos são homens. Em seguida, com a eleição da primeira mulher a governar o estado, o cenário parece propício para mudanças e elas aparecem, mesmo que de modo tímido. No primeiro mandato de Wilma de Faria, houve cerca de 34 nomeados, em que quatro eram nomeações femininas (11%) e, no segundo, se mantém quatro

nomeadas (14%)<sup>3</sup>. Em seguida, no governo de Rosalba Ciarlini – também mulher, porém membro de um partido de direita – PFL - foram nomeados 39 secretários, no qual apenas seis eram mulheres (15%) e, por fim, no governo Robinson de Faria, dos 21 nomeados apenas cinco eram mulheres (23%), conforme demonstra o quadro 01.

QUADRO 01 – Composição do Secretariado Estadual do RN de 01/1995 a 12/2015.

GOVERNO ESTADUAL	PERÍODO	NOMEAÇÕES MASCULINAS	NOMEAÇÕES FEMININAS	PERCENTUAL DE NOMEAÇÕES FEMININAS
Garibaldi Alves	1995 a 1998	35	2	5%
Garibaldi Alves	1999 a 2002	35	0	0%
Fernando Freire	2002	17	1	5,8%
Wilma de Faria	2003 a 2006	30	4	11%
Wilma de Faria	2007 a 2010	26	4	14%
Iberê Ferreira	2010	18	0	0%
Rosalba Ciarlini	2011 a 2014	39	6	15%
Robinson Faria	2015	21	5	23%
Total	1995-2015	221	22	9%

Fonte: Melo, 2017b (adaptado).

O teto de nomeações de mulheres, portanto, foi de seis e não ocorreu no governo de Wilma de Faria. De modo mais geral, observa-se que parece haver uma certa progressão de nomeações femininas ao longo do tempo, exceto pelo período em que o vice-governador de Wilma, Iberê Ferreira, assume, em que não houve a nomeação de nem uma mulher como Secretária de Estado.

Aliado a isso, percebe-se que, de acordo com o banco de dados da pesquisa As Instituições Políticas Subnacionais: Um Estudo Comparativo dos Estados Brasileiros (2017), das 22 nomeações femininas para secretarias estaduais, cinco foram para a pasta da Assistência Social, quatro para a Educação, três para a Tributação, dois para a Segurança Pública, uma para a Administração, uma para a Juventude, uma para a de Políticas Públicas para as Mulheres, uma para o Gabinete Civil, uma para a Infraestrutura, uma para a de Esporte, uma para a de Agricultura, uma para a de Turismo. As nomeações das secretárias mulheres possuem, de modo geral, uma compatibilidade com as suas respectivas formações e qualificações e atuação profissionais, como pode ser observado no apêndice A, a partir da análise do perfil das secretárias e, em maior grau de detalhamento, nas falas das nomeadas entrevistadas

<sup>3</sup> Destaca-se que esse percentual sobe não porque houve aumento no número de nomeações femininas, mas porque houve uma redução no número geral de nomeados, passando de 34 no primeiro governo para 29 no segundo.

por Melo (2017b) em que estas reiteram que o critério de “competência técnica” é mais demandado para as mulheres do que entre os homens, inclusive para o reconhecimento legítimo de suas autoridades para com seus subordinados.

Analisando o segundo mandato da Governadora Wilma de Faria (2007-2010), de modo mais específico, percebe-se que houve a nomeação de 29 secretários de estado, em que, excetuando dois que não foram obtidas informações precisas, todos possuem graduação (93%), formação, em sua maioria na UFRN (direito: 31%; administração/gestão: 24%) e mais da metade dos nomeados (55%) possuíam experiência como secretários estaduais, municipais, adjuntos ou subsecretários, revelando a qualificação e o caráter seletivo deste grupo. Dos 29 nomeados, 25 eram homens e apenas quatro eram mulheres<sup>4</sup>.

Estas mulheres possuíam formação acadêmica ou experiência profissional na área correlata à da pasta para qual foram nomeadas, com componentes técnicos ou políticos (ou mesmo a união das duas tipologias), revelando que há a combinação de diversos critérios para as nomeações (MELO, 2017b). Elas ocuparam as pastas de Agricultura, Pecuária e Pesca; Educação e Cultura; Tributação; e Esporte e Lazer, conforme exposto no quadro 02:

QUADRO 02 – Perfil das secretárias nomeadas no segundo governo de Wilma de Faria. Executivo estadual do Rio Grande do Norte, 2006-2010.

NOME	PASTA	ATRIBUTOS TÉCNICOS	ATRIBUTOS POLÍTICOS
Larissa Daniela da Escóssia Rosado de Andrade	Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE)	Graduação em Administração (UNP), trabalhou na iniciativa privada e foi eleita Deputada Estadual pelo PMDB e PSB.	Filiada ao PSB
Ana Cristina Cabral Medeiros	Secretaria de Educação e Cultura (SEEC)	Graduada em Psicologia, Mestre em Administração, atuou como pró-reitora acadêmica de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão da UnP (1992 a 2005) e chefe de gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Natal.	Filiada ao PSD <sup>5</sup>

<sup>4</sup> Evidencia-se que essas nomeadas, assim como as demais secretárias dos diferentes governos, enfrentaram desafios quando assumiram as pastas, apesar de suas qualificações profissionais e/ou expertise política. Estes desafios estavam relacionados à questão de gênero. A partir da aplicação de entrevistas semi-estruturadas com algumas das nomeadas, Melo (2017b) observou que metade das entrevistadas afirmaram ter sofrido alguma espécie de preconceito e mais da metade (62,5%) vê como razão para a sub-representação feminina neste importante posto de comando o fator cultural (machismo, patriarcalismo), enquanto a outra parte atribui à baixa participação das mulheres dentro dos partidos (25%) e às condições das mulheres ligadas ao fator histórico (12,5%). Essas seriam, portanto, as causas explicativas para as poucas nomeações femininas.

<sup>5</sup> Filiação em 2009

Lina Maria Vieira	Secretaria de Tributação (SET)	Graduada em Direito, com especialização em Direito Tributário, atuou como Delegada do Ministério da Fazenda no RN (1987-1990), Delegada da Receita Federal em Natal, Secretária de Tributação no governo Garibaldi I e em Wilma I e, em 2008, deixa a pasta para assumir o posto de Secretária Nacional da Receita federal.	Não foram identificados
Maria Magnólia Souza Figueiredo	Secretaria de Esporte e Lazer (SEEL)	Graduada em Educação Física e pós-graduada em Gestão Pública e atleta olímpica recordista.	Filiada ao Solidarietà <sup>6</sup>

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do banco de dados da pesquisa “As Instituições Políticas Subnacionais: Um Estudo Comparativo dos Estados Brasileiros” da UFRN, 2017.

Cabe ressaltar que, além da qualificação profissional, outros fatores podem ter contribuído para a escolha dessas mulheres, como a imagem consolidada de profissionais competentes ou a uma estratégia política de impulsionamento das carreiras políticas dessas mulheres que não necessariamente se desvinculam das experiências profissionais na área de atuação da pasta. Como exemplo do primeiro caso, tem-se Maria Magnólia Souza Figueiredo e Lina Maria Vieira. Magnólia Figueiredo é uma importante ex-atleta do estado que assumiu a recém-criada pasta de Esporte e Lazer e, mais a frente, em 2016, filiou-se ao Solidarietà (SD) e concorreu como vice-prefeita na coligação “É possível fazer mais por Natal”. De modo similar, tem-se a nomeação da ex-secretária Lina Maria Vieira que se configura como uma nomeação de destaque, pois atravessou diferentes governos a frente da Secretaria de Tributação, sendo reconhecida no estado por sua alta competência técnica nessa área e atuando antes de assumir a Secretaria como Delegada do Ministério da Fazenda no RN (1987-1990) e Delegada Receita Federal em Natal. Em 2008, deixa a pasta para assumir o posto de Secretária Nacional da Receita federal.

Como exemplo da segunda motivação, e de modo não menos legítimo, tem-se o caso de Larissa Rosado. Larissa tem formação em administradora de empresas, membro de uma família com forte influência política em Mossoró/RN, eleita duas vezes como deputada estadual, foi nomeada para a pasta de Agricultura, Pecuária e Pesca, o que contribuiu, de certo modo, para a ampliação do seu capital político de um nível local, na cidade de Mossoró/RN, para o nível estadual, bem como possibilitou à governadora aglutinar um grupo com forte capital político.

Adicionalmente, ainda se tem como exemplo, no primeiro governo de Wilma de Faria (2003 - 2006), o caso de Márcia Maia, filha da governadora, onde esse argumento torna-se mais evidente. No caso de Márcia Maia, cientista social, deputada estadual e ex-secretária de Ação Social do Município de Natal,

<sup>6</sup> Filição em 2013

sua nomeação chama a atenção, pois, além das características supracitadas e o fato de ser filha da governadora, ela assume uma pasta extremamente estratégica para a Governadora Wilma, a pasta da Ação Social, que era uma marca na construção pública de sua imagem. Seria, portanto, razoável assumir que, sendo mãe e filhas políticas de carreira, Wilma utiliza a nomeação da filha para a pasta social como forma de promover ou ampliar a carreira política da filha e, possivelmente, herdar o capital político da progenitora, pois, como o cargo de secretária estadual representa o alto escalão a nível estadual, um bom desempenho a frente da pasta, através da criação e/ou execução de políticas públicas eficazes, poderia resultar em aquisição de *expertise*, bem como visibilidade política diante da sociedade norriograndense.

Em suma, percebe-se que os fatores externos ao gênero (componentes técnicos e/ou políticos) foram as principais motivações para essas nomeações e, a despeito da proposta de seu plano de governo estar ligada à maior participação e empoderamento feminino, esta plataforma não se transformou em uma política explícita da presença de mulheres nos cargos de comando em seu governo. Em outras palavras, o gênero não foi o fator principal para as nomeações femininas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nomeação de mulheres para o cargo de Secretárias de Estado no caso dos governos do Rio Grande do Norte é, ainda, extremamente baixa se considerarmos o seu peso na população total. Na média do período 1995-2015, somente 9% das nomeações foram mulheres. Observa-se, no entanto, um possível aumento ao longo do tempo de nomeações femininas nos governos, ainda que não se possa dizer se tratar de uma tendência consolidada na medida em que a quantidade de nomeações femininas permanece pequena. A baixa participação feminina em postos de comando não parece ser um fenômeno exclusivo do governo do Rio Grande do Norte. Padrões similares foram observados para o caso das nomeações dos Ministérios em nível federal (D'Araújo, 2009), apresentado um percentual médio de 5,8% de nomeações femininas para o período 1985-2008. De modo similar ao caso do RN, D'Araújo verifica um aumento progressivo ao longo dos governos, atingindo 13% das nomeações no governo segundo governo Lula (2006-2010) em comparação a apenas 1,9% no governo Sarney (1985-1989), achado que coincide com o período aqui analisado para o governo de Wilma de Faria no RN e com o percentual encontrado para este governo nestes mesmos anos: de 14%.

Ademais, Melito e Passos (2016) estimam que, também a nível de Ministérios, o governo de Dilma Rousseff, primeira presidente mulher do país, elevou a participação de mulheres nomeadas para o maior patamar até os dias atuais: dezoito nomeações. Esta possível tendência de aumento ao longo do tempo foi, no entanto, interrompida com a nomeação do primeiro Ministério do governo Michael Temer, em 2016, caracterizado pela ausência de qualquer nomeação representativa de minorias como mulheres e negros, e objeto de severas críticas na opinião pública. Este episódio sugere que a política da presença,

para ser realizada, precisa de decisões políticas deliberadas para a garantia da representatividade, não sendo, nesta perspectiva, resultado de uma evolução temporal, progressiva e, até mesmo “natural”, ao longo dos governos como resultado da mudanças de costumes e culturas.

Do ponto de vista da teoria da política da presença, como discutida neste artigo, a representação feminina como forma de inclusão social de grupos tradicionalmente excluídos do acesso a postos de poder ainda não se efetivou até o momento. A chegada da primeira mulher eleita governadora do RN que apresentava um discurso, no plano das ideias, de empoderamento das mulheres, seria, potencialmente, a possibilidade de adotar critérios de gênero explicitamente em suas nomeações de modo a dar visibilidade pública e política para a questão da baixa participação de mulheres em postos de comando. No entanto, como os dados empíricos deste artigo mostram, esta estratégia de empoderamento das mulheres no interior de seu governo, não foi adotada. Wilma de Faria construiu sua imagem pública se apresentando como detentora de um perfil oposto ao das importantes figuras políticas locais, associado à priorização de políticas sociais em sua agenda de governo e ao seu perfil de mulher guerreira, em um cenário político predominantemente masculino. Isto é, mesmo as mulheres sendo público-alvo de uma política específica no plano de governo e na construção de sua imagem pública, política das ideias, isso não se transformou em um alto índice de presença feminina no secretariado.

Em outras palavras, houve o fortalecimento da idealização de representação das mulheres na imagem da governadora, a partir de suas propostas e de seu marketing político como representante das mulheres potiguares e de uma mulher guerreira, e a política para as mulheres, apresentada no plano de governo de Wilma de Faria, que, entre outras medidas, objetivava o fomento à maior empregabilidade das mulheres, foi viabilizada através de políticas públicas específicas, mas a presença de mulheres em posto de comando de alta visibilidade pública chegou a apenas 14%, evidenciando uma sub-representação. Na percepção das secretárias, as principais causas da baixa participação de mulheres em postos de comando são devidos a fatores culturais e históricos, bem como a baixa participação das mulheres dentro dos partidos políticos, um canal importante de acesso à posições no governo (MELO, 2017b).

Apesar de uma efetivação da presença, de forma não desenvolvida e prioritária, sinalizando de modo público e simbólico a diferença de representação em seu governo, a incipiente combinação de política das ideias (através de uma política voltada para as mulheres no plano de governo) e política da presença (por meio da participação feminina na composição do secretariado), é possível, por outro lado, argumentar que a nomeações de mulheres possa ter aberto um caminho para maior participação de mulheres na composição do secretariado estadual de governos seguintes, como no caso de Rosalba Ciarlini (15%) e Robinson Faria (23%). Em que medida as nomeações de mulheres apresentarão uma trajetória ascendente nos próximos governos, é algo que somente poderá ser respondido no futuro.

Desse modo, a justaposição da política das ideias e política da presença, de acordo com Anne Phillips (2001), é um fator indispensável para uma representação mais efetiva e capaz de evitar a exclusão social. Portanto, acredita-se que deva ser considerada não apenas nos cargos eletivos, mas nos cargos de comando e de poder decisório, como as Secretarias de Estado em governos estaduais e municipais, a nomeação de mulheres, tendo em vista que estas posições de alta visibilidade pública tem a capacidade de contribuir para a diminuição das desigualdades de acesso ao poder entre as mulheres e, de modo similar, a produção de uma efetiva igualdade política entre homens e mulheres.

## Referências

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. **Política e governo: a trajetória de Wilma de Faria na prefeitura de Natal**. 2001. [s. n.]. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

AZEVEDO, Jeane de Freitas. **Os programas de governo no horário gratuito de propaganda eleitoral: um estudo das eleições governamentais no Rio Grande do Norte em 2006**. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13620/1/JeaneFAP\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13620/1/JeaneFAP_DISSERT.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BORGES, André; COELHO, Denilson Bandeira. O preenchimento de cargos da burocracia pública federal no presidencialismo de coalizão brasileiro: análise comparada de dois ministérios – Ciência e Tecnologia e Integração Nacional. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **A elite dirigente do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. 140 p. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/D- Araujo-e-Lameirao-A-elite-dirigente-do-governo-Lula.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

GOMES, Sandra. Esqueçam o governo do povo para o povo e pelo povo. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p.221-226, jul. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/33102/18006>>. Acesso em: 11 out. 2017.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, n. 67, 2006.

LOPEZ, Felix Garcia (Org.). **Cargos de Confiança no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2015. Cap. 2. p. 71-106. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150914\\_livro\\_cargos\\_confianca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150914_livro_cargos_confianca.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2017.

LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, p.63-93, 2009. Disponível em: <[http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/loureiro\\_-\\_interpretacao\\_contemporanea\\_da\\_representacao.pdf](http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/loureiro_-_interpretacao_contemporanea_da_representacao.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2017.

MAFRA, Richard Maia. Composição do Secretariado Estadual no Primeiro Governo de Garibaldi Alves Filho (1995-1998). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN, 27, 2016, Natal. **Anais**. Natal: UFRN, 2016.

MELITO, Leandro; PASSOS, Gésio. **Saiba quem foram as ministras do período democrático no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/05/saiba-quem-foram-ministras-do-periodo-democratico-no-brasil>>. Acesso em: 16 maio 2017.

MELO, Francymonni Yasmim Marques de. **Registro das Informações Coletadas sobre o Perfil de todos os secretários estaduais nomeados nos Governos Wilma de Faria e Iberê Ferreira**. Relatório de Pesquisa. Natal: DPP, UFRN, 2016a.

\_\_\_\_\_. As Instituições Políticas Subnacionais: análise da composição do secretariado estadual nos mandatos de Wilma de Faria (2007 a 2010) e Iberê Ferreira de Sousa (2010). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN, 27, 2016, Natal. **Anais**. Natal: UFRN, 2016b.

\_\_\_\_\_. Análise da composição do secretariado no segundo governo de Wilma de Faria (2007-2010):

um estudo acerca da política das ideias e da política da presença. In: **CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN**, 28, Natal, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Mulheres em Cargos de Comando**: uma análise da composição do secretariado estadual do RN e das percepções de suas integrantes. 2017. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Gestão de Políticas Públicas, Departamento de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017b.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p.353-364, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a03n84.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de idéias a uma política de presença?** Estudos Feministas, Florianópolis, p.268-290, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p.15-47, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a03n67.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SANTANA, Matheus Oliveira de. Análise da Composição do Secretariado do Governo Garibaldi II (1999-2002) e Fernando Freire (2002). In: **CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN**, 27, 2016, Natal. **Anais**. Natal: UFRN, 2016.

SILVA, Ayanne Marília Sousa da. **Registro das Informações Coletadas sobre o Perfil de todos os secretários estaduais nomeados no primeiro Governo Wilma**. Relatório de Pesquisa. Natal: DPP, UFRN, 2016a.

SILVA, Ayanne Marília Sousa da. **INSTITUIÇÕES POLÍTICAS SUBNACIONAIS NO RIO GRANDE DO NORTE: Análise da composição do Secretariado no primeiro Governo Wilma(2003-2006)**. In: **CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN**, 27, 2016, Natal. **Anais**. Natal: UFRN, 2016b.

SILVA, Ayanne Marília Sousa da. A agenda social do governo Wilma: estratégia política e imagem pública. In: **CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN**, **Anais**, 28, 2017, Natal.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p.765-790, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/07.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2017.

Apêndice A – Quadro da composição feminina do secretariado estadual do RN de 01/1995 a 04/2016

GOVERNO	PASTA <sup>7</sup>	NOME	DATA DE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO	TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
Garibaldi Alves I	Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos	Maria do Rosário da Silva Cabral	28/03/1996 a 05/11/1997	Pedagoga e mestre em educação UFRN. Foi secretária-adjunta na pasta entre 1995-96	Não foram identificados
Garibaldi Alves I	Secretaria Estadual de Tributação	Lina Maria Vieira	19/06/1995 a 30/12/1998	Delegada do Ministério da Fazenda no RN (1987-1990), Delegada Receita Federal em Natal. Em 2008, será Secretária (nacional) da Receita Federal	Não foram identificados
Fernando Freire	Secretaria Estadual de Ação Social	Joanete dos Santos	19/06/2002 a 31/12/2002	Não há registros de experiência ou formação na área	Não foram identificados
Wilma de Faria I	Secretaria Estadual Segurança Pública e Defesa Social	Kalina Leite Gonçalves	29/12/2006 a 07/02/2007	Graduada em Direito. Delegada da Polícia Civil no RN e Sec. Adjunta da Pasta	Não foram identificados
Wilma de Faria I	Secretaria Estadual de Tributação	Lina Maria Vieira	02/01/2003 a 31/12/2006	Delegada do Ministério da Fazenda no RN (1987-1990), Delegada Receita Federal em Natal. Em 2008, será Secretária (nacional) da Receita federal	Não foram identificados
Wilma de Faria I	Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social	Márcia Maria Maia Mendes	02/01/2003 a 05/01/2006	Graduada em Ciências Sociais-UFRN. Dep Estadual e primeira mulher a presidir a ALRN. Já havia sido secretária de Ação Social no município	Filiada ao PSB
Wilma de Faria I	Secretaria Estadual de	Maria do Rosário de	28/08/2013 a 03/04/2014	Doutora em Educação e professora UFRN	Não foram identificados

<sup>7</sup> As pastas apresentam diferentes nomenclaturas, pois sofreram modificações ao longo dos anos.

GOVERNO	PASTA	NOME	DATA DE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO	TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
	Educação e Cultura	Fátima de Carvalho			
Wilma de Faria II	Secretaria Estadual de Esporte e Lazer	Magnólia Souza Figueiredo	17/07/2008 a 31/03/2010	Graduada em Ed. Física e Atleta olímpica recordista	Filiou-se posteriormente ao Solidariedade.
Wilma de Faria II	Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Pesca	Larissa Daniela da Escóssia Rosado de Andrade	07/02/2007 a 05/06/2008	Graduada em Administração de empresas (UNP), trabalhou na iniciativa privada. Dep Estadual pelo PMDB e PSB	Filiada ao PSB
Wilma de Faria II	Secretaria Estadual de Tributação	Lina Maria Vieira	07/02/2007 a 05/06/2007	Delegada do Ministério da Fazenda no RN (1987-1990), Delegada Receita Federal em Natal. Em 2008, será Secretária (nacional) da Receita Federal	Não foram identificados
Wilma de Faria II	Secretaria Estadual de Educação e Cultura	Ana Cristina Cabral Medeiros	07/02/2007 a 26/06/2008	Graduada em psicologia, mestre em administração, atuou como Pró-reitora Acadêmica de Graduação e Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da UnP (1992 a 2005) e Chefe de gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Natal	Filiou-se posteriormente ao PSD
Rosalba Ciarlini	Secretaria Estadual de Turismo	Gina Robinson	26/03/2014 a 29/12/2014	Especializada em Turismo internacional	Não foram identificados
Rosalba Ciarlini	Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social	Paula Valéria Ferreira de Almeida Rodrigues	04/04/2014 a 31/12/2014	s/i	Não foram identificados

GOVERNO	PASTA <sup>7</sup>	NOME	DATA DE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO	TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
Rosalba Ciarlini	Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social	Francisca Shirley Targino	28/08/2013 a 03/04/2014	Ex-prefeita de Messias Targino (PFL). Foi assessora no Gabinete Civil	Filiada ao PR
Rosalba Ciarlini	Secretaria Estadual de Administração e Recursos Humanos	Suely Pimentel	13/11/2014 a 30/12/2014	Foi adjunta da pasta em ocasiões anteriores	Não foram identificados
Rosalba Ciarlini	Secretaria Estadual de Infraestrutura	Kátia Pinto	03/01/2011 a 23/12/2014	Graduada em Engenharia Civil-UFRN. Diretora na Sec de Planejamento no governo Rosalba em Mossoró (1997-2000) e Sec Desenvolvimento Territorial e Ambiental no mesmo município (2001-2004)	Não foram identificados
Rosalba Ciarlini	Secretaria Estadual de Educação e Cultura	Betânia Ramalho	07/02/2011 a 31/12/2014	Professora do Centro de Educação - UFRN	Não foram identificados
Robinson Faria	Secretaria Extraordinária de Juventude	Divaneide Basílio	02/01/2015 a 20/04/2016	Doutoranda em Ciências Sociais e atuou como Chefe de gabinete da Sec. Nacional da Juventude (2011-2013)	Filiada ao PT
Robinson Faria	Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres do RN	Teresa Freire	02/01/2015 a 20/04/2016	Graduada em Administração, Diretora da Associação Brasileira de Recursos Humanos do RN (ABRH-RN), e vice-presidente da Comissão de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho do Servidor do RN	Filiada ao PT

GOVERNO	PASTA	NOME	DATA DE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO	TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
Robinson Faria	Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social	Julianne Faria	02/01/2015 a 20/04/2016	Graduada em Direito e Análise de Sistemas e Presidente do PSD Mulher do RN	Filiada ao PSD
Robinson Faria	Secretaria Estadual Segurança Pública e Defesa Social	Kalina Leite Gonçalves	02/01/2015 a 13/05/2016	Graduada em Direito, Delegada da Polícia Civil no RN e Ex-sec. Adjunta da Pasta.	Não foram identificados
Robinson Faria	Gabinete Civil	Tatiana Mendes Cunha	02/01/2015 a 20/04/2016	Advogada e Consultora pela Consultoria Geral do Estado	Não foram identificados

Fonte: Melo, 2017b.